



Número: **0800770-71.2019.8.18.0048**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Demerval Lobão**

Última distribuição : **30/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARLI PEREIRA DOS SANTOS LOPES (AUTOR)		EUCALYA CUNHA E SILVA AZEVEDO SENA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11820699	10/09/2020 11:15	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
11785212	09/09/2020 10:24	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SABINETE DA Vara Única da Comarca de Demerval Lobão DA COMARCA DE DEMERVAL  
LOBÃO

Rua Mato Grosso, 395, Centro, DEMERVAL LOBÃO - PI - CEP: 64390-000

PROCESSO Nº: 0800770-71.2019.8.18.0048

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARLI PEREIRA DOS SANTOS LOPES

REU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE, nesta data, intimei pelo sistema PJE, as partes  
deste processo, da r. sentença proferida no ID 11785212, para tomarem ciência da  
mesma.**

O referido é verdade e dou fé.

DEMERVAL LOBÃO-PI, 10 de setembro de 2020.

**FRANCISCO DE SOUZA CARVALHO**  
**Secretaria da Vara Única da Comarca de Demerval Lobão**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí  
Vara Única da Comarca de Demerval Lobão DA COMARCA DE  
DEMerval LOBÃO

Rua Mato Grosso, 395, Centro, DEMERVAL LOBÃO - PI - CEP: 64390-000

PROCESSO Nº: 0800770-71.2019.8.18.0048

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARLI PEREIRA DOS SANTOS LOPES

REU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

### SENTENÇA

Trata-se de **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** oposto por MARLI PEREIRA DOS SANTOS LOPES em face da Sentença de ID 9855551, sob a alegação de (omissão / contradição / obscuridade) na referida decisão que julgou parcialmente procedente o pedido deduzido na inicial, em que condenou a requerida ao pagamento da quantia de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) aos autores.

A omissão/contradição/obscuridade está relacionado ao fato de que os herdeiros da falecida vítima de acidente automobilístico são credores solidários podendo, conjunta ou isoladamente, buscar o recebimento integral do seguro obrigatório DPVAT, cabendo a quem receber a sua totalidade, no entanto, responder, futuramente, pela eventual quota parte do credor faltante haja vista que a falecida nunca constituiu família, não tinha cônjuge e nem filhos, os genitores também já são falecidos, seus únicos parentes vivos são os irmãos que ora pleiteiam a presente demanda sendo os únicos na linha sucessória.

Breve Relato.

Passo a Decidir.

O Código de Processo Civil, em seu art.1.022 do CPC, traz a relação exaustiva para cabimento dos embargos de declaração, como sendo:

**Art. 1.022. Cabem embargos de declaração *contra qualquer decisão judicial* para:**

*I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;*

*II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;*

*III - corrigir erro material.*

O texto acima é claro, os embargos de declaração podem ser opostos contra qualquer decisão judicial, desde que na mesma existam omissão, obscuridade ou contradição. A omissão que autoriza o cabimento de embargos de declaração é aquela existente entre a fundamentação e a conclusão da decisão.

No presente caso, em 22.05.2020, quando do julgamento do presente processo, em seu dispositivo, a sentença trazia em seu bojo a condenação da parte requerida, a pagar aos autores a quantia de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) a título de indenização por morte, Devendo incidir os juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, e a correção monetária a contar da data do evento danoso, pelo índice do IGP-M.



Assim, em análise dos autos, razão assiste ao embargante, desta forma, reconheço a omissão no julgado, no concernente aos autores visto que não há comprovação de outros herdeiros, tais como pais, filhos, cônjuge/companheiro, sendo os irmãos vivos, ora requerentes, credores solidários podendo conjunta ou isoladamente, receber integralmente o seguro obrigatório DPVAT, cabendo a quem receber a sua totalidade, no entanto, responder, futuramente, pela eventual quota parte do credor faltante.

Ante o Exposto, CONHEÇO dos presentes embargos de declaração para dar-lhes provimento alterando o dispositivo da sentença, no que se refere a condenação a requerida ao pagamento aos autores da quantia de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais). que terá a seguinte redação:

*“ ... condeno a parte requerida ao pagamento aos autores no montante de 100% do valor indenizatório.*

Devendo incidir os juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, e a correção monetária a contar da data do evento danoso, pelo índice do IGP-M.

Considerando a sucumbência mínima do autor, condeno a requerida ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes fixados no importe de 10% sobre o valor da condenação.

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

**DEMerval LOBÃO-PI**, 8 de setembro de 2020.

**MARIA DA PAZ E SILVA MIRANDA**  
**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Demerval Lobão**

